

2. Áreas de Conservação Ambiental

As Áreas de Conservação (ACs) enquadram-se dentro do desejo do Executivo angolano de proteger a rica biodiversidade angolana, os seus ecossistemas e as suas paisagens. Muitos esforços desenvolvidos pelo Ministério do Ambiente no sentido de melhorar a gestão das Áreas de Conservação Ambiental, principalmente no que diz respeito aos Parques Nacionais, pelo fortalecimento em infraestruturas, meios de comunicação, material e equipamentos de fiscalização ambiental, projectos de engajamento das comunidades e pela formação e enquadramento de novos Fiscais Ambientais, perfazendo um total de 420 repartidos essencialmente nos Parques Nacionais. Demostram o grande interesse do Executivo em proteger a biodiversidade e valorizar o seu potencial na geração de receitas para o país com o desenvolvimento do turismo baseado na natureza.

Contudo, apesar dos esforços e dos progressos realizados, o Sistema de Áreas de Conservação enfrenta ainda vários desafios, principalmente na planificação, preparação e implementação das operações no terreno. É óbvio que as dificuldades encontradas diferem de uma área a outra, mas de uma maneira geral os problemas encontrados relacionam aos números de efectivos que é muito reduzido em relação ao mínimo necessário para assegurar uma boa fiscalização dessas unidades, a logística, meios e equipamento para dar respostas aos vários desafios existentes.

A recente contagem de Elefantes no Parque Nacional de Luengue-Luiana, no âmbito do Projecto Okavango Zambeze, demonstrou o grande potencial da biodiversidade na região e que se os esforços forem desenvolvidos no sentido de melhorar as infraestruturas turísticas, aeródromo, acessos, meios rolantes e uma fiscalização efectiva, Angola entrará no roteiro do Turismo internacional e regional da vida selvagem.

2.1. Contexto actual das Áreas de Conservação Ambiental

Parque Nacional do Bicuar

Estabelecido como reserva de caça pela Portaria n.º 2620, de 16/4/38 (B.O.I Série n.º 16). Elevado a condição de Parque Nacional pelo Diploma Legislativo n.º 3527, de 26/12/64 (B.O.I Série n.º 137).

O Parque Nacional do Bicular, situado na Província de Huíla, a 165 km da cidade do Lubango, é limitado a Este pelo o Rio Cunene á Sudoeste entre o bioma de *Brachystegia* (miombo) e é caracterizado por ter um tipo de bosque seco, savanas com árvores e arbustos, chanas, estepes e algumas zonas húmidas. O parque tem uma extensão total de 7900 km².

O PN Bicular é um dos Parques que beneficiou do Projecto GEF 5 que visa o melhoramento do sistema de Áreas de Conservação em Angola, com objectivo de requalificação das infra-estruturas e património no Parque Nacional do Bicular. Este Parque alberga algumas espécies ameaçadas, tal como o Mabeco (*Lyacon pictus*) e o Leopardo (*Panthera pardus*) e uma importante população de Elefantes (*Loxodonta africana*). Apesar dos esforços consentidos, vários desafios devem ser superados, tais como o número insuficiente de Fiscais, construção de novos postos de fiscalização, a insuficiência de meios de transportes, materiais de fiscalização e infraestruturas de apóio ao turismo. Em termos de recursos humanos o parque está composto por 93 fiscais.

Parque Nacional do Mupa

Estabelecido como reserva de caça pela Portaria n.º. 2620, de 16/4/38 (B.O.I Série n.º. 16). Elevado a condição de parque pelo Diploma Legislativo n.º. 3527, de 26/12/64 (B.O.I Série n.º. 52). O Parque Nacional do Mupa, situado na Província do Cunene, com uma extensão total de 6.600 Km² entre o rio Colui e o rio Cunene, podemos encontrar uma vegetação tipo floresta aberta e tipo savana seca com arbustos.

O PN Mupa cuja Direcção é temporariamente assumida pelo Administrador do PN Bicular, por falta de condições administrativas e de gestão funcionais. Este Parque alberga algumas espécies ameaçadas, tal como o Mabeco (*Lyacon pictus*) e o Leopardo (*Panthera pardus*) e tem servido de corredor ecológico importante para as populações de Elefantes (*Loxodonta africana*). A falta de infra-estruturas administrativas, postos de fiscalização, falta de meios de transporte e materiais de fiscalização, constituem os factores que afectam este Parque. O Parque funcionava com dez (10) Fiscais dos quais um vindo do Parque Nacional do Bicular e 9 que foram recrutados localmente, por falta de remuneração os mesmos foram dispensados e de momento apenas um continua em activo.

Parque Nacional do Luengue-Luiana

O PN Luengue-Luiana (45.818km²) criado recentemente no quadro do programa de extensão dos Parques Nacionais, é muito rico em termos de vida selvagem. Este Parque alberga as mais importantes populações de espécies ameaçadas e de uma grande importância biológica. Dentre essas espécies podem destacar-se a presença da última população conhecida de Girafas (*Giraffa camelopardalis*), uma população saudável de Leões (*Panthera leo*) e a mais importante população de Elefantes. Contudo, este Parque enfrenta várias dificuldades tanto a nível da planificação das operações e da organização das patrulhas no terreno. O solo desértico e os Miombos fechados que caracterizam este meio tornam extremamente difícil o uso de veículos, mesmo aqueles adaptados a este tipo de meios.

Por ser um parque que faz parte do projecto de conservação transfronteiriça do KAZA que alberga cinco países Angola, Botswana, Namibia, Zambia e Zimbabwe o mesmo tem beneficiado de alguns projectos para o garante da conservação da biodiversidade. De momento sem infraestruturas administrativa e de fiscalização. Mais está a forja a construção de uma infraestrutura de gestão que será instalada no Romeo 1, ***para tal necessita-se de um esforço conjunto do Ministério do Ambiente e das Finanças no sentido de proceder a isenção dos impostos alfândegarios dos materiais de construção***, para construção da Base Operacional do Parque Nacional de Luengue-Luiana.

O Parque Nacional de Luengue-Luiana está composto por uma equipa multidisciplinar num total de 76 fiscais dos quais 19 afectos ao Ministério do Ambiente e 57 provenientes da Casa Militar.

O Parque beneficiou de 06 Viaturas todo terreno para apoiar as actividades de fiscalização, mais enfrenta grandes dificuldades para a manutenção dos mesmos para exercer com zelo a sua grande missão. A falta de salários para os Fiscais afecto a Casa Militar provocou o abandono do posto por parte destes fiscais e que com está situação deixou ainda mais limitada as actividades de Fiscalização, deixando o Parque vulnerável a caça furtiva.

Parque Nacional do Mavinga

O PN Mavinga com uma extensão de 46.072km foi criado em 2011, tal como os Parques Nacionais do Luengue-Luiana e Maiombe . A vida selvagem deste Parque sofreu muito nas últimas três décadas. Contudo, devido aos esforços de conservação desenvolvidos nos últimos anos, observa-se um retorno tímido da vida selvagem em certas áreas do Parque. Para tentar manter esta tendência de retorno é preciso investir cada vez mais nos esforços actuais e apostar no futuro. Um dos maiores problemas registado é o reduzido número de meios de fiscalização, o número reduzido de Fiscais e as vias de acesso quase inexistente. O recrutamento de novos Fiscais, o fornecimento de veículos, de motorizadas 4 rodas adaptadas no solo arenoso e a criação de um meio de comunicação funcional é extremamente importante para melhorar a gestão desta unidade de conservação.

O Parque também faz parte do projecto KAZA e está composto por fiscais dos quais 17 do Ministério do ambiente e o restante da Casa militar.

Parque Nacional do Maiombe

O PN Maiombe (1930km²) é uma Área de Conservação de um grande interesse ecológico. De facto, este Parque alberga as duas únicas populações de Gorila e Chimpanzés de Angola.

O Parque Nacional do Maiombe, surge como iniciativa do Ministério do Ambiente, criado a luz do **Decreto nº. 38/11 de 29 de Dezembro** que cria também os parques nacionais de Luengue Luiana e de Mavinga.

O Parque Nacional do Maiombe, localiza-se na Província de Cabinda, na floresta do Maiombe tem uma superfície de 1.930 km². A Norte e Este, partindo da localização de Chipenda seguindo ao rio Inhunga até as fronteiras Norte e Este até a República do Congo Brazzaville. A Sul, ao longo do rio Chilongo até ao Suko Kingumbi, fronteira com a República Democrática do Congo. A Oeste da localidade do Suko Kingumbi até Ganda Cango, Seguindo a estrada principal, passando pela sede do município do Belize até a comuna do Miconje.

A sua gestão é relativamente difícil tendo em conta que se encontra no sistema florestal tropical caracterizado por matas fechadas. Para melhorar a sua gestão, o primeiro passo

necessário seria aumentar o número de Fiscais. É preciso igualmente formar e equipar os Fiscais com materiais adequados e preparados para este tipo de ecossistema. Este Parque apresenta igualmente vários desafios em termos de comunicação que devem ser tidas em conta para melhorar a capacidade das operações no terreno. É de salientar, o PN Maiombe está enquadrado dentro da Iniciativa Transfronteiriça Mayombe. É um dos parques que beneficiou do projecto de Expansão e fortalecimento das áreas protegidas em Angola (GEF5) e de momento está em fase de implementação o GEF6 relativo a caça furtiva e conflito homem vida selvagem.

Possui no seu quadro de pessoal 18 Fiscais Ambientais, está em fase conclusiva a construção de 3 Postos de Fiscalização e o desenvolvimento de várias actividades tendentes a mitigar o conflito homem animal selvagem, engajamento das comunidades locais e estudos científicos sobre a distribuição e ocorrência de mamíferos de médio e grande porte.

Parque Nacional da Cangandala

O emblemático PN Cangandala estabelecido como reserva de caça pela Portaria nº. 3740 a 25 de Maio. Elevado a condição de Parque Nacional (P.N. de Cangandala) pelo Diploma Legislativo nº.4017, de junho de 1970. O Parque Nacional de Cangandala, localiza-se na Província de Malange, a 50Km a sul da província de Malange, é limitado a Norte pelo Rio Cuije a sul pelo rio Cuque. O parque tem uma extensão total de 630km².

Por ser local onde podemos encontrar a Palanca Negra Gigante, Parque Nacional de Cangandala sempre beneficiou do maior investimento de estado para a modernização da sua gestão. Depois de vários anos de investimento pode-se notar os resultados positivos atingidos nas últimas duas décadas. A capacidade de fiscalização foi totalmente melhorada, sendo que os Fiscais conseguem actualmente cobrir quase na totalidade do Parque. Após estes investimentos, torna-se necessária passar a fase seguinte que consiste no fortalecimento da capacidade de fiscalização, também foram construídos vários postos de fiscalização, infraestruturas de apoio ao turismo como; Bungalos, Santuário Turísticos para o desenvolvimento das actividades turísticas e na criação de receitas para o Estado. Contando com o corpo de Fiscais em torno de 89 Fiscais Ambientais.

Reserva Natural Integral do Luando

A Reserva Natural Integral do Luando (8280 km²), actualmente beneficia do Projecto de conservação da Palanca negra gigante (*Hippotragus niger variani*), que encontra-se na fase final de sua implementação. No âmbito do Projecto de “Expansão e Fortalecimento do Sistema de Áreas Protegidas em Angola”, foram realizadas acções de gestão administrativas. Administrativamente a Reserva Natural Integral do Luando depende da Administração do PN Cangandala, é fiscalizada por pastores, necessita de infra-estruturas administrativas, meios de transporte, fornecimento de materiais e equipamentos adequados que em parte serão colmatadas com a implementação do projecto caça furtiva e conflito homem animal selvagem GEF-6.

Apesar deste pequeno benefício necessita de maior investimento visto que é uma area que esta a ser bastante invadida pelas comunidades locais na qual irá afectar e comprometer a um longo prazo a população da Palanca Negra Gigante nesta area. Maior atenção deve ser dada urgentemente por ser a reserva que contem a maior população desta especie única no mundo.

Parque Nacional do Cameia

O PN Cameia (14.450km²), com um número muito reduzido em relação aos outros PNs, é realmente um dos Parques Nacionais cuja gestão não se melhorou nos últimos anos. Esta situação deveu-se essencialmente ao número muito reduzido de Fiscais e a falta de Administrador. Portanto, o Ministério do Ambiente através do Instituto Nacional da Biodiversidade e Áreas de Conservação no quadro da revitalização dos PNs nomeou um Administrador que tem trabalhado para dinamizar a gestão deste Parque. Apesar das dificuldades observadas em termo de gestão, a vida selvagem é relativamente importante e tende a crescer nos últimos 5 anos. Para dinamizar este Parque é preciso desenvolver uma estratégia específica que deve concentrar-se no recrutamento de novos Fiscais, construção de postos de fiscalização, aquisição de meios de transporte e no fornecimento de materiais adequados. O Parque funciona com apenas dois técnicos Administrador, Chefe de Fiscalização.

O parque não possui nenhuma infraestrutura de gestão e administrativa.

Parque Natural e Regional da Chimalavera

O Parque Natural Regional da Chimalavera (150km²), apesar de ser um Parque Regional, é uma Área de Conservação com grande potencial para tornar-se um Parque Nacional. As particularidades ecológicas deste Parque atribuem-no um valor ecológico que nenhum outro Parque em Angola possui. Há necessidade de proteger esta riqueza pelo melhoramento do sistema de gestão desse meio. O primeiro passo seria o aumento do número de Fiscais e equipá-los de meios adequados para a fiscalização e num período a médio e longo prazo a sua extensão até ao rio Cuporolo a Sul e até a salina a Norte. Conta com a presença de 10 fiscais.

Parque Nacional do Iona

O Parque Nacional do Iona estabelecido como Parque Nacional de caça por portaria nº 2421, de 2/10/37, passou a situação de Reserva de caça de Namibe Moçâmedes, com alterações dos limites, por portaria 4880, de 6/09/44. Elevado a condição de Parque Nacional de Porto Alexandre pelo Diploma Legislativo 2873, de 11/12/57 passou a ser designado por Parque Nacional do Iona, com alteração de limites pelo Diploma Legislativo nº 3524, de 26/12/64. Desanexado 90 km² do arredor da cidade de Porto Alexandre por portaria 516, de 17/8/73.

O Parque Nacional do Iona localiza-se no Sudoeste de Angola, à cerca de 200 km da cidade do Namibe, entre o Oceano Atlântico e os rios Cunene e Curoca e ocupa uma área de 15.150 km². O mesmo encontra-se limitado a Norte pelo rio Curoca, a sul pelo rio Cunene (que faz fronteira com a Namíbia); a Oeste pelos rios Cunene e Curoca e a Leste pelo rio dos Elefantes.

O PN Iona é um dos Parques que beneficiou de um grande investimento do Estado para a sua recuperação pela parceria estabelecida com GEF, União Europeia e PNUD para criar as infra-estruturas deste Parque. Este programa levou ao melhoramento da gestão do Parque. Para garantir uma gestão efectiva deste parque foi assinado um acordo de parceria público privada com a African Parks no modelo de co-Gestão com o objectivo de

Conservação e Gestão dos Recursos do Património Natural no desenvolvimento de uma indústria turística vibrante e sustentável.

Outro destaque nesta area é da extensão dos limites do Parque para o ambiente marinho que resultara na criação da primeira Área de Conservação Marinha. O ecossistema único deste Parque permite albergar uma biodiversidade interessante e única, tal como o caso da *Welivítschia mirabilis*. No âmbito do quadro para cooperação bilateral da SADC, em Maio de 2018 foi assinado um acordo entre os Governos de Angola e da Namíbia para a conservação e gestão dos parques do Iona em Angola e Skeleton Park Na Namibia, bem como o contrato de Parceria Público e Privada para a Co-gestão do Parque Nacional do Iona com a ONG African Parks, e pelo cumprimento do plano de ação nota-se uma melhoria na gestão, aquisição de materiais e equipamento de fiscalização, capacitação técnica para os fiscais, reintrodução de espécies ora presente no Parque e a construção de infraestruturas de apóio a fiscalização e de turismo.

Em termos de Recursos Humanos o parque conta com 31 fiscais ambientais e mais de 30 Observadores comunitários e guias turísticos das comunidades residentes no interior do Parque, contratados pela African Parks.

Reserva Parcial do Búfalo

A Reserva Parcial do Búfalo, estabelecido como Reserva Parcial pelo diploma legislativo nº 325 de 5/4/71 (BO.I série nº 81). Localiza-se na provincia do Namibe e ocupa uma área de 400 km², com objectivo de protecção da população de pacaça. A Reserva Parcial do Búfalo tem como principais atractivos turísticos os seguintes: espécies de grande importância como a Banbuíno preto, Chita, Chacal de flancos raiados, Hiena malhada, leão leopardo, mabeco, hipopotamo, Cambrutum, Panicum, Terminalia, essas são uma das principais actrações turisticas da fauna e da flora selvagem;

Com o objectivo de garantir a sustentabilidade ecológica da Reserva Parcial do Búfalo a longo prazo o mesmo conta com a fiscalização dos fiscais do Parque Nacional do Iona.

Reserva Parcial do Namibe

A Reserva Parcial do Namibe, por um período limitado até 31/12/59, pelo Diploma Legislativo de 12/06/57 (B.O.I Série nº. 24) mantido por mais três anos, com alterações dos limites, pelo diploma legislativo nº. 3060 de 24/08/60 (B.O.I Série nº. 34). A Reserva Parcial do Namibe, localiza-se a 5 Km para Norte e ocupa uma área de 4.450 km².

O potencial turístico da Reserva Parcial do Namibe, é logo evidenciado pelas suas fronteiras naturais, sua localização e por suas únicas condições ecológicas. Zona de tampão do Parque nacional do Iona. Os elementos que fazem a fiscalização da Reserva Parcial são os fiscais do Parque Nacional do Iona.

Parque Nacional da Quiçama

Estabelecido como reserva de caça (Reserva da Quiçama) por Portaria nº. 2620, de 16/4/38 (B.O.I Série nº. 16). Elevado a condição de Parque Nacional (P.N. da Quiçama) pelo Diploma Legislativo nº. 2873, de 11/12/57 (B.O.I Série nº. 50). O Parque Nacional da Quiçama, localiza-se na Província de Luanda, a 71 km da capital, é limitado a Norte pelo o Rio Kwanza até a povoação da Muxima. É limitado a Leste pela estrada que parte da povoação da Muxima até ao encontro ao rio Longa e a Oeste pelo Oceano atlântico, que lhe fornece um litoral de cerca de 120 Km partindo da foz do Rio Kwanza até á foz do rio Longa. O parque tem uma extensão total de 9.960 Km².

O PN Quiçama, tal como o PN Cangandala, beneficiaram consideravelmente do investimento do Governo nos últimos dez anos, tanto a nível da gestão do Parque como a nível da formação. No quadro do programa de repovoamento deste Parque foi criado uma zona especial onde foi introduzido algumas espécies, tais como Elefantes, Gnu (*Connochaetes taurinus*), e Girafas e outros. Os animais introduzidos conseguiram reproduzir, tornando o espaço actual (10km²) muito reduzido para a sobrevivência desses animais. Consequentemente, esses animais derrubaram a cerca existente, espalhando-se em toda extensão do Parque. Esta situação aumentou os desafios já existentes. Torna-se actualmente necessário aumentar o número de Fiscais e melhorar o seu sistema de comunicação. Dos maiores constrangimentos existentes neste Parque, consta a elevada caça furtiva, invasão de terras e a relação institucional entre Os departamentos governamentais.

O Parque Nacional da Quiçama está composto por uma equipa multidisciplinar distribuída no num total de 101 fiscais.

Reserva Integral do Ilhéus dos Pássaros

A reserva Integral do Ilhéus dos Pássaros foi estabelecida como reserva Natural Integral pelo Decreto Provincial nº 55 de 21/12/73 (B.O.I Série nº.297).A reserva Integral do Ilhéus dos pássaros, tem uma superfície de 1,7 Km² e situa-se na baía do Mussulo na Província de Luanda, no Município de Belas. Ela encontra-se entre as latitudes 8°.50 e 9° e as Longitudes 13°.00 e 13°. 04, com uma área estimada em 152Km². Este tem como objectivo garantir a preservação e proteção das aves aquáticas e seu habitat. É proibida qualquer actividade humana, contudo, pode ser permitido trabalhos de âmbito científicos. Em termo potencial, podemos encontramos várias espécies é uma zona de desova e reprodução.

Em geral a maior parte das pressões são causadas pelas as actividades antropogénicas, à ocupação de terras, colheita de Mabangas e acumulação do lixo doméstico. O INBC tem realizado visitas periódicas no sentido de monitorar a biodiversidade local, fiscalizar e sensibilizar as comunidades que se estalam na área.

A Reserva Integral do Ilhéu dos Pássaros em termo de Infraestruturas foi construído um observatório de aves financiado através do Projeto de monitorização de aves aquáticas. Infelizmente a mesma foi vandalizada pelos populares que frequentam a zona.